



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A Ocupação Urbana e o Ocupante:

Considerações sobre os sujeitos e a luta da Ocupação Contestado – São José, Santa Catarina

Jefferson Adriano Maier
PPGPLAN/UEDESC
maierjefferson@gmail.com

Resumo. O presente artigo tem como objetivo apresentar e debater os resultados da pesquisa de mestrado do autor, e também atualizar alguns dados colocados naquele trabalho, que por força do tempo e pela natureza do objeto estudado, já se modificaram. O trabalho em questão, a dissertação intitulada (título ocultado para não identificar autor), teve como tema central a experiência política de organização coletiva e popular dos moradores de uma Ocupação Urbana, a Ocupação Contestado, localizada em São José, Santa Catarina. Durante aquela trajetória, foi realizado um trabalho de campo, a partir do método etnográfico e com entrevistas semiestruturadas. O trabalho investiga a função dos instrumentos de organização, como assembleias e reuniões, e também dá significado a categorias empíricas apreendidas em campo, como a luta, união e política. Por fim, o morador é entendido enquanto um sujeito social, chamado de sujeito ocupante, que toma sentido a partir da participação da construção interna da ocupação, mas também das mobilizações e movimento por moradia de forma ampla.

Palavras-chave. Ocupação Contestado; Movimentos Sociais; Déficit Habitacional; despejo Zero; Falta de moradia.

Tradução do título em inglês

Abstract. The aim of this article is to present and discuss the results of the author's master's degree research, and also to update some data contained in that work, which due to time and nature of the object studied have already changed. The thesis entitled (title hidden so as not to identify the author), had as its central theme the political experience of collective and popular organization of the residents of an Urban Occupation, Ocupação Contestado, located in São José, Santa Catarina. During that trajectory, field work was carried out, based on the ethnographic method and with semi-structured interviews. The work investigates the function of organizational instruments, such as assemblies and meetings, and also gives meaning to empirical categories apprehended in the field, such as struggle, union and politics. Finally, the resident is understood as a social subject, called the occupant subject, who takes on meaning from the participation in the internal construction of the occupation, but also from the mobilizations and housing movement in a broader sense.

Keywords: Máx. 5, Contestado Occupy; Social Movements; Housing shortage; Zero Evictions.

Tradução do título em espanhol

Resumen. Este artículo tiene como objetivo presentar y discutir los resultados de la investigación de maestría del autor, así como actualizar algunos datos contenidos en ese trabajo, que debido al tiempo y la naturaleza del objeto estudiado, ya han cambiado. El trabajo en cuestión, la disertación titulada (título oculto para no identificar al autor), tuvo como tema central la experiencia política de organización colectiva y popular de los habitantes de una Ocupación Urbana, la Ocupación Contestado, ubicada en São José, Santa Catarina. Durante esa trayectoria se realizó un trabajo de campo, basado en el método etnográfico y con entrevistas semiestruturadas. El trabajo investiga la función de los instrumentos organizativos, como asambleas y reuniones, y también da sentido a categorías empíricas apreendidas en el campo, como lucha, unión y política. Finalmente, el habitante es entendido como sujeto social, denominado sujeto ocupante, que cobra sentido desde la participación en la construcción interna

de la ocupación, pero también desde las movilizaciones y movimientos por la vivienda en sentido amplio.

Palabras clave: Ocupación Contestado; Movimientos sociales; déficit habitacional; Cero Desalojo; Falta de vivienda.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar e debater os resultados da pesquisa de mestrado do autor, e também atualizar alguns dados colocados naquele trabalho, que por força do tempo e pela natureza do objeto estudado, já se modificaram. O trabalho em questão, a dissertação intitulada (título ocultado para não identificar autor), defendida em (data oculta), teve como tema central a experiência política de organização coletiva e popular dos moradores de uma Ocupação Urbana, a Ocupação Contestado, localizada em São José, Santa Catarina.

A dissertação investigou os métodos e instrumentos organizativos no interior da Ocupação para entender como a organização política (aqui entendida enquanto uma prática cotidiana) da Ocupação se faz presente na vida das moradoras e moradores, e como influencia seu cotidiano dentro e fora da ocupação. Por métodos organizativos e organização política entendi as reuniões, assembleias, formações, audiências e encontros promovidos por moradores e sua rede de apoio, que era composta pela organização Brigadas Populares, e outras organizações partidárias, sindicais e políticas próximas, que estimulavam um cotidiado de *luta, política* e *união* dentro da Ocupação.

Além disso, foi considerado também o inverso, que era como que a prática diária daqueles moradores em outros espaços influenciava o cotidiano dentro da Ocupação Contestado, ou seja, como traziam para seu espaço de moradia outras práticas organizativas e associativas que já tiveram ao longo de suas vidas. A pesquisa buscou entender como que o morador de uma ocupação urbana organizada politicamente se compreendia como parte da totalidade, e qual o papel que os instrumentos da organização política tiveram e têm na sua experiência ao longo de nove anos que a ocupação tinha à época.

A Ocupação Contestado surgiu em 2012, no município de São José, situado em Area Conurbada à Florianópolis, capital de Santa Catarina. Seu nascimento e organização ocorre no contexto da campanha eleitoral para a prefeitura da cidade daquele ano, durante um comício realizado no dia 03 de outubro, do candidato a reeleição para a prefeitura da cidade, Djalma Berger (PMDB/MDB), tendo como vice Círio Vandresen, do PT. A coligação “São José pra nossa gente” incluía ao todo 14 partidos (PRB, PDT, PT, PMDB, PR, PSDC, PHS, PMN, PTC, PV, PRP, PPL, PC do B), e o comício foi realizado na companhia de seu irmão Dário Berger, que na ocasião era prefeito da capital do Estado e cidade vizinha, Florianópolis, também do PMDB/MDB.

No evento realizado na região do bairro Serraria, conhecida por loteamento José Nitro, os candidatos prometeram regularizar a situação de moradores que ocupavam um terreno particular na Avenida das Torres (figura 1) e estavam sob ameaça de despejo. Diante da promessa (vinda de figuras de autoridade e com capacidade para cumprir) o número de pessoas no terreno aumenta, muitas pessoas saem de casas nas quais moravam, seja de aluguel ou de favor, e se comprometem financeiramente com a compra de materiais.

Construíram ali alguns barracos de lona e madeira, tentando conquistar “o sonho da casa própria” no terreno prometido (MAGALHÃES, TONIN, 2015).

Naquele pleito, Djalma é derrotado pela sua concorrente Adeliana Dal Pont (PSD) no dia 07 de outubro. Três dias depois, no dia 10 de outubro, através da ordem judicial de reintegração de posse que corria, a polícia mobiliza um efetivo de mais de 200 homens para despejar as famílias, cumprida em uma manhã com menos de uma hora para que as pessoas tirassem seus pertences dali.

A partir da divulgação da ação de despejo naquele dia, por rádios locais, e da denúncia sobre as arbitrariedades e violência cometidas contra os sem-teto, algumas pessoas – integrantes de diversas organizações políticas, de movimentos sociais e de sindicatos da região se organizam – acorrem à localidade do conflito e iniciam um processo político organizativo junto aos despejados, conformando o que chamaremos de rede de apoio. A linha do tempo a seguir apresenta as localizações dos eventos citados aqui, sintetizando também as datas junto de outras informações que serão apresentadas ainda na introdução.

Na figura abaixo temos em destaque o período no Ginásio (B), compreendido em cerca de 27 dias, que vai desde quando os despejados, em conjunto com a rede de apoio, garantem sua estadia provisória no local, até a ida a pé ao novo terreno, que fica nas proximidades. O período de permanência nesse Ginásio, apesar de breve, foi marcado por uma programação intensa: ali passaram a se encontrar e interagir diferentes sujeitos políticos, entre os quais as Brigadas Populares (a única organização que segue atuante junto da Ocupação), demais organizações políticas com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Coletivo Bandeira Negra, movimento estudantil e moradores despejados. Foram formadas comissões para garantir a organização do espaço com o objetivo de contribuir com a organização deste grupo.

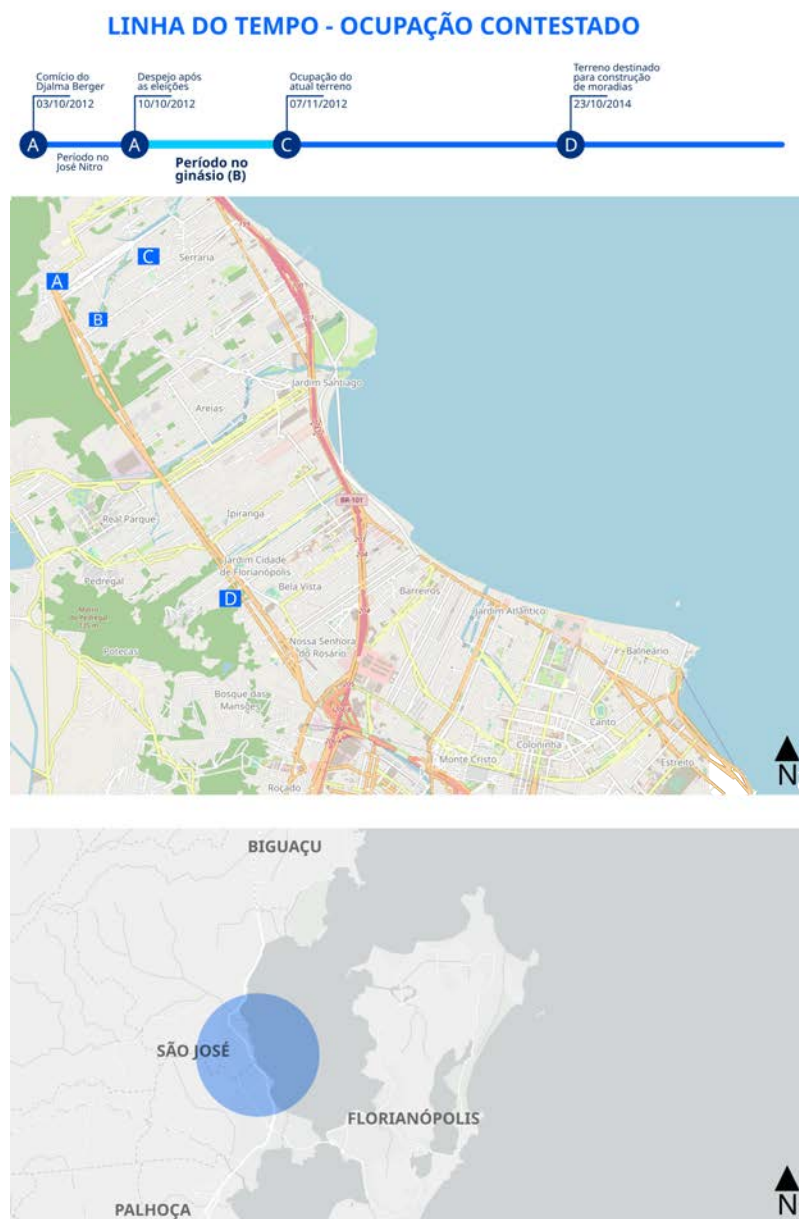


Figura 1. Linha do Tempo e espacialização da Ocupação Contestado. Fonte: (oculto).

Após o período no ginásio, os moradores ocupam um novo terreno no mesmo bairro (C), que estava há décadas abandonado e que até hoje a suposta imobiliária proprietária, nunca provou posse no processo, nem em nenhuma ação. A ocupação se encontra neste terreno até os dias atuais, enquanto negocia a construção de um projeto habitacional na mesma Avenida das Torres, em um terreno da União (D), mais próximo ao centro da cidade do que o terreno no qual sofreram o primeiro despejo. Apesar de ser um pouco distante do bairro da Serraria, por estar próximo à Avenida das Torres se mantém atraente para os ocupantes, o que garante uma boa circulação na região.

A comunidade já obteve diversas promessas para a construção de um projeto Minha Casa Minha Vida, porém, tanto pela morosidade na resolução de burocracias na escritura do terreno, quanto pela falta de vontade política da Prefeitura de São José (justamente pelo ponto privilegiado em que o terreno se localiza) nunca foi iniciado. Além disso, alternativas como a construção de casas

pelos próprios moradores, de forma associativa, ou até mesmo a urbanização via programas municipais foram e são seguidamente negadas pela mesma prefeitura.

Ao longo dos mais de dez anos de Ocupação (nove na época da defesa da dissertação), a Contestado passou por algumas mudanças internas, como ampliação de algumas casas a partir da coabitação das famílias que cresciam, e aumento de algumas, mas também mudanças externas, conjunturais, como o fim de programas habitacionais a nível federal, o que inviabilizou a mudança de terreno. Todavia a comunidade se mantém na luta por moradia até os dias de hoje, realiza atos, compõem campanhas como a Campanha Nacional Despejo Zero, e também segue se organizando coletivamente, através de assembleias e outras reuniões. Durante o período da pesquisa de mestrado, moradores da Contestado auxiliaram na organização de outra Ocupação, a Vale das Palmeiras, que era localizada no mesmo bairro, e foi despejada ao final de 2022, por uma ação da prefeitura municipal.

A forma como os moradores se organizavam para lutar por seus direitos, e constituíam naquele espaço um lugar que era reconhecido (por eles e por pessoas de fora da ocupação) como um espaço diferenciado em meio à cidade foi uma das motivações para a pesquisa. Durante o campo, confirmo que de fato havia ali um elemento que diferenciava a Contestado do entorno: que era a organização popular, e sujeitos que se organizavam. A partir da pesquisa, desenvolvemos a categoria de “Sujeito Ocupante”, que surge a partir deste mesmo trabalho de campo. Em um primeiro momento, entendemos que os ocupantes são os “sem nome”, aqueles que são “mantidos pelo Estado numa monstruosa insignificância” (BADIOU, 2016, p. 142), ou que, de certa maneira, são tidos pelo Estado como inimigos, tendo seus direitos mais básicos (como acesso à escola, postos de saúde e até a água e luz) constantemente negados, para servirem de exemplo, justamente por questionarem o *status quo* da propriedade da terra via Ocupação Urbana Organizada (GONÇALVES, 2018).

De forma mais aprofundada, o sujeito ocupante é aquele que participa das lutas a partir do seu território, que é a ocupação, e se mobiliza em prol de alcançar seus objetivos através da *luta por moradia* (que é multifacetada e composta de diferentes eventos em diferentes escalas), não sendo restrita ao local da sua moradia, desde que aconteça em torno deste objetivo. Na busca pela compreensão de quem seria o dito sujeito ocupante, foram também trazidos para o debate alguns conceitos nativos, ou êmicos, apreendidos em campo, como: *luta*, *união*, e *política*, que serão apresentados aqui.

2. METODOLOGIA

Para a estruturação da pesquisa, foi necessário delinear as perguntas iniciais de pesquisa e a constituição de uma hipótese. Era visível que a Ocupação Contestado atravessava, naquele momento, um período diferente do que foi o seu início, em 2012. A partir daí foram feitas as seguintes perguntas iniciais: a) como a ocupação é sentida, vivida e percebida pelos moradores atualmente?¹ b) quais as diferenças para os momentos no passado como do surgimento da Ocupação? c) quais os instrumentos de organização e tomada de

¹ O atualmente se refere ao período de 2019-2021. Optei por não modificar as perguntas de pesquisa aqui.

decisão que se mantém hoje na ocupação e como eles operam? d) qual o sentido que a organização política produz na vida dos sujeitos ocupantes? Isto é, o meu interesse é saber como eles se sentem sendo parte de uma totalidade, como classe trabalhadora; e a partir disso, e) como se situam em relação a outros sujeitos nessa totalidade, frente ao Estado na condição de sujeitos que compõem o déficit habitacional, frente aos ataques da mídia e das classes dominantes? como se situam na condição de ocupantes, e em relação as outras lutas da classe trabalhadora na cidade?

Teci alguns apontamentos iniciais advindos da minha experiência como militante atuante na rede de apoio daquela e de outras ocupações urbanas, que foram constituintes da hipótese da pesquisa: I) a ocupação vive um momento diferente do que foram os iniciais, marcados por outra conjuntura política; II) a crise do Capital que se aprofunda no país desde 2014, tem consequências diretas na sociabilidade e organização popular nos territórios; III) o país atravessa agora, com a pandemia do Covid-19 um aprofundamento dessa crise, com rebatimentos espaciais ainda mais graves, como o aumento do desemprego, a escalada da violência, policial e do crime, despejos forçados e aumento no déficit habitacional etc.

Ao longo do período inicial da pandemia, contemporâneo ao início da pesquisa, aconteceram apenas pequenos encontros presenciais emergenciais, como atividades de auxílio à inscrição de moradores da Ocupação Contestado no programa de auxílio emergencial, e a garantia de testagem em massa dentro da comunidade, que na época foi realizada pela prefeitura com a alcinha de testagem em locais de “maior incidência”, no dia 25/08/2020. A testagem revelou, no entanto, que dentre as três localidades testadas naquela data, foi a de menor incidência da doença.

Durante esse período, entre o começo de 2020 e até março de 2021, foram realizadas anotações sistemáticas dos principais acontecimentos nas ocupações, de forma resumida e mais direta, e coletas de dados a partir de grupos virtuais de *whatsapp*. Com o aumento dos despejos em massa, e a organização de outra Ocupação Urbana no mesmo bairro, chamada Vale das Palmeiras (ver trabalho oculto), me inseri na rotina de vigílias e reuniões acompanhando os moradores das duas comunidades que se encontravam para apoiar e unir forças na luta por moradia na região. A partir de abril de 2021, passo a incrementar os diários com mais informações, percepções e descrição das atividades, que foram incorporadas ao texto. Ao final de abril também auxiliei na gravação de um documentário curta-metragem, do qual cito algumas falas de moradores do Vale das Palmeiras, que nos ajudam a conhecer melhor os sujeitos ocupantes daquele outro território.

No segundo semestre de 2021, após as duas doses de vacina, no período de agosto a outubro, foram feitos seis relatos mais completos de eventos/acontecimentos em campo, que incluíram desde assembleias, reuniões e conversas até atividades de lazer com lideranças registradas de forma mais detalhada por mim. Essas anotações foram realizadas paralelas às entrevistas realizadas entre agosto e setembro, e também às atividades de militância, o que conferem a elas um caráter de registro “no calor do momento” (*sic*). Ainda, para cobrir alguns buracos deixados pelas entrevistas, retomo algumas conversas informais com as lideranças da Ocupação Contestado, meus informantes principais, para sanar algumas dúvidas e completar minhas anotações nos cadernos de campo.

As entrevistas tiveram início no dia 14 de agosto, e ao todo foram realizadas 7 entrevistas, com cerca de 45 minutos de duração cada uma. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado planejado anteriormente, mas que tiveram que ser adaptados conforme cada informante, pois o grau de envolvimento com atividades da ocupação era diferente. O roteiro foi composto de 5 blocos com 4 perguntas cada um, totalizando 20 questões.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Com o objetivo de interpretar melhor a dinâmica urbana, tanto a que foi gestada no passado, especialmente na urbanização do século XX, que provocou as condições do presente, para a pesquisa, foi utilizada a Teoria Marxista da Dependência como chave de interpretação. (TMD). Formulada na América Latina por diversos intelectuais, dentre eles, André Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, principalmente ao longo das décadas de 1960 e 1970, atualmente a TMD é continuada por acadêmicos mais jovens, ainda vivos e atuantes no nosso país – diferente da geração exilada que citei acima² – que recorrem a esta vertente para interpretar o crescimento das cidades, das desigualdades e dos movimentos da sociedade capitalista.

A TMD apresenta a noção de dependência, que é uma modalidade particular de integração de determinados países ao sistema capitalista mundial. Alguns países, como é o caso do Brasil, se inserem no capitalismo em condições desiguais, e passam a ser subordinados aos países industrializados centrais – são subsoberanos, como coloca Jaime Osório, **um Estado em descompasso com a sociedade que o constitui, subordinado a outros poderes estatais** (OSORIO, 2020, p. 57). Essa situação, a qual os países da América Latina são condicionados, por sua vez condiciona o desenvolvimento interno do próprio país (BAMBIRRA, 2019).

Marini (2013) explica, então, como que se dá o processo de subordinação nos padrões da dependência, que a partir do século XIX, através da economia exportadora de alguns bens primários, se estabelece uma relação na qual uma parte variável da mais-valia relativa produzida nos países latino-americanos é drenada por diversos mecanismos para as economias centrais. No Brasil, a base dessa economia é assentada em mais de 300 anos de colonialismo e trabalho escravo. Milton Santos (2004, p. 171), que não é um teórico da TMD, também nos chama atenção para a ordem do fluxo de mais-valia, que como uma regra geral, se dirige à cidade grande e que o retém, e/ou o reenvia para o estrangeiro, como diz ser mais frequente.

Para recompor a parte que é subtraída e enviada para fora do país por meio de mecanismos de transferência de valor – ações, lucros por investimentos, juros da dívida pública etc. –, as elites locais precisam extrair a maior quantidade possível de mais-valia dos trabalhadores, consolidando assim a **superexploração do trabalho**, como explica Jaime Osório:

As modalidades de inserção no mercado mundial e de reprodução do capital **encorajam que o capital no mundo dependente tenha condições de apropriar-se de parte do fundo de consumo e de vida dos trabalhadores para transferi-lo ao fundo de acumulação do capital.** A esta modalidade

² Que se encontrou e produziu sobretudo no Chile pré, e durante, o governo de Salvador Allende e posteriormente se pulverizou para outros países.

particular de exploração se denomina superexploração, a qual se vê possibilitada pela presença de enormes contingentes de população excedente em relação as necessidades do capital, gerados pela própria dinâmica da acumulação (OSORIO, 2020, p. 57, grifos nossos).

Este “mecanismo interno de compensação diante das transferências internacionais de valor” (TONIN, 2015a, p. 56) opera de diversas formas, não apenas da forma literal, no sentido de ampliar as horas trabalhadas, mas de inserir novos meios, materiais e métodos capazes de extrair a maior quantidade de valor em um menor período de tempo como: os avanços tecnológicos, e até novas formas organizacionais da rotina laboral. Essas formas acabam por desgastar mentalmente o trabalhador, exigindo dele maior esforço cognitivo, além do desgaste físico. E também através da violação do fundo de consumo:

[...] através do bloqueio da reposição de suas energias pelos baixos salários que inviabiliza a aquisição dos bens e serviços necessários para sua reprodução nas condições histórico-morais dadas. (TONIN, 2015a, p. 107).

A superexploração deve ser então compreendida como uma das bases da urbanização brasileira, e nas cidades adquire um contorno próprio. Foi destacado anteriormente a afluência de um grande contingente de migrantes para as cidades e sua integração incompleta ou não integração na modernidade; Osório (2020) coloca como a população excedente, o exército de reserva que se formava nas cidades, compunha a massa **vítima da superexploração**.

Entende-se, então, como um desdobramento da superexploração no espaço urbano, a espoliação urbana, conceito aprimorado por Lucio Kowarick:

[...] *espoliação urbana*: é o somatório de extorsões que se opera através da **inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência** e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979, p. 59. Itálicos do autor e negritos nossos).

Como explicado por Kowarick, a Espoliação Urbana diz respeito à apropriação pelo capitalismo do “tempo livre”, e vai além da “pauperização” do tempo de trabalho. Ela diz respeito aos recursos gastos a partir da precariedade ou inexistência de serviços necessários para a recomposição da força de trabalho e para a reprodução da vida, tais como moradia, transporte etc. Em sua obra da juventude, Engels (2010) discorre sobre a situação da classe operária na Inglaterra, explicando como as casas da classe trabalhadora eram uma soma de condições faltantes, desde a falta de espaço físico internamente, passando pelas camas divididas por famílias inteiras, falta de drenagem de água e saneamento, até a falta de uma boa localização, chegando ao ponto em que os trabalhadores simplesmente morriam devido as péssimas condições ou sucumbindo as intempéries. Além disso, o autor levanta que a questão habitacional servia de régua para avaliar a forma como outras questões eram tratadas pelo Estado, como a saúde, entre outras (ENGELS, 2010).

Mas depressa e com vigor maior do que a própria industrialização, as cidades nos países subdesenvolvidos na América Latina crescem rapidamente, especialmente durante o século XX. E a hiperurbanização conforma “novos e extraordinários corredores, redes e hierarquias” (DAVIS, 2006, p. 16) que, por sua vez, servem como fatores de atração para um grande contingente de migrantes que não são incorporados de forma plena nas cidades. A incorporação de uma parte da classe trabalhadora à produção, de forma aparentemente “marginal”, se faz extremamente necessária para a acumulação capitalista,

baseada nos setores atrasados (FERRO, 2006a; KOWARICK, 1979) – que fornece uma grande quantidade de mão de obra e de mais-valia. Com isso, acaba também por produzir um outro espaço, reflexo dessas mesmas relações atrasadas e subjugadas pela lógica capitalista, que se destaca especialmente pela autoconstrução.

A questão habitacional passa a ser então, “uma sequela direta da contradição capital x trabalho” (MAYER, 2008) e faz com que a classe trabalhadora que vive do seu salário, busque sobreviver como pode, abandonada por um Estado que responde aos de cima e aos interesses do capital. A partir do século XVIII, as cidades – que outrora foram o refúgio contra a opressão feudal – se estabelece com o espaço central da reprodução do capital, que comandou toda a lógica de crescimento, expansão e desenvolvimento das próprias cidades, tornando-as também objeto dessa reprodução. No século XX, especialmente a partir da década de 1980 e 1990, além do capital imobiliário e industrial, as cidades recebem uma investida do capital financeiro. Com isso, grandes negócios, administrados na lógica empresarial, aprofundam a lógica da dependência que vigora nas cidades desde o fim do período colonial.

O trabalho se debruçou tanto sobre um modo de ocupação, consciente e coletivo, uma forma específica de ocupar o solo, que se difere dos assentamentos informais, ou ocupações realizadas de forma individualmente pelas famílias trabalhadoras. Portanto, para o autor, a Ocupação Urbana era entendida como a junção da necessidade de obter um local para morar, que são consequências diretas da superexploração da força de trabalho (MARINI) e da espoliação urbana (Kowarick), somadas a um nível organizativo.

Sobre a forma como a classe trabalhadora produz seu espaço, Roberto Lobato Corrêa, enquanto discorre sobre os diferentes agentes modeladores do espaço, pontua:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção desse espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (CORRÊA, 2004, p. 31).

Essa pequena passagem do geógrafo resume, em parte, uma questão central: a classe trabalhadora depende da cidade pelo seu valor de uso, diferentemente das classes dominantes, e suas estratégias de sobrevivência, sejam elas individuais ou organizadas, muitas vezes entram em conflito com os interesses da burguesia e das demais classes dominantes. Sublinhamos, na sua afirmação, a noção de que essa produção é uma forma de resistência que tenta resolver um duplo problema, **o de acesso à moradia e ao local de trabalho – ou seja, a tentativa dos trabalhadores de atenuar os efeitos da superexploração e espoliação.**

É importante que entendamos que a “solução” encontrada pelos trabalhadores não é homogênea nem consensual. Há diferentes formas de ocupação e uso do solo por parte dos trabalhadores, mesmo quando tratamos daqueles buscam a terra porque precisam dela pelo seu valor de uso. Por isso vale reforçar que trataremos aqui de uma estratégia de ocupação específica, ou

melhor, de estratégias que, embora distintas, tentaram e tentam, através da luta organizada politicamente, construir formas de **poder popular**.

O que é chamado aqui de estruturas de poder popular está relacionado à ideia de “controle coletivo”, ou melhor, a direção de diferentes processos (no caso aqui, na formulação e implementação de um projeto de cidade) de forma democrática, a partir de instâncias de participação, formação e tomada de decisões nos próprios territórios – como núcleos e assembleias, que veremos adiante. Quando organizada, a ocupação passa a ser então mais um instrumento da luta por moradia e não seu fim. Muitas vezes este depende das organizações em conjunto com a necessidades dos moradores. De forma abstrata, a construção dessas instâncias é vista também como “um processo pedagógico” (MAYER, 2016, p. 135-136), no qual os sujeitos tradicionalmente excluídos podem ter voz.

3.1. AS ESCALAS LOCAIS E SEU DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL

No trabalho estamos falando de uma região específica, entendendo inclusive que através da dinâmica capitalista, que a região é definida a partir de fora (SANTOS, 2004), mas com desdobramentos e desenvolvimentos internos – também suas subdivisões e particularidades. Na pesquisa foi necessário olhar para essas várias escalas descritas a seguir. A Grande Florianópolis, como é conhecida a Região Metropolitana de Florianópolis é composta por 22 municípios, sendo que 9 deles compõem o núcleo metropolitano, e os outros se situam na chamada Área de Expansão.

Embora a Região Metropolitana de Florianópolis (RMF) exista, com conflitos, mais ou menos desde 1998, Florianópolis só foi alçada ao status de metrópole em 2018, com a divulgação da pesquisa de Regiões de Influência das Cidades, a REGIC (IBGE, 2020b). Essa pesquisa elevou Florianópolis de categoria, de centro regional para a de metrópole, por causa do seu Arranjo Populacional (AP), que engloba dez municípios 17. Esse era o arranjo menos populoso do Brasil, e possui uma região de influência pouco extensa – que na nova pesquisa passou a incorporar a área de influência da Capital Regional Joinville (POZZO, 2021).

O arranjo populacional se constitui por “agrupamentos de Municípios muito integrados por possuírem deslocamentos frequentes de populações para trabalho e estudo” (IBGE, 2020b), de grande integração e que formam áreas contíguas da mancha urbana (IBGE apud POZZO, 2021). E dentro do AP de Florianópolis, cabe destacar que os municípios da ACF representam os maiores deslocamentos populacionais para estudo e trabalho, especialmente entre ilha-continente, e ainda:

Dentre os municípios que fazem parte do AP Florianópolis, 4 apresentam PIB's bilionários, sendo eles Biguaçu (1,9 bi), Palhoça (5,5 bi), São José (10,6 bi) e Florianópolis (21 bi), segundo dados de 2018 do IBGE-Cidades, e são os municípios que formam uma densa mancha de urbanização conurbada. Florianópolis sozinha corresponde a 51% do PIB do arranjo (cujo valor total era de 41,3 bi em 2018). Somando o PIB destas 4 cidades temos o valor de 39 bi, chegamos a quase 95% do valor total do PIB do Arranjo (POZZO, 2021, p. 14).

A escala da AP de Florianópolis é importante aqui por diversos fatores, entre eles, o destaque de Florianópolis no processo de desenvolvimento da ACF,

e de certa forma do Estado de Santa Catarina em si – se considerarmos a centralidade da gestão e administração na sua região de influência. Foi essa a escala (ACF) que foi utilizada na pesquisa enquanto prioritária, pois ela dialoga melhor com as outras referências relacionadas à temática habitacional e urbana, tanto por ser a escala que privilegia São José como a cidade de entrada para a Ilha. Tendo em vista também que alguns dados, como de déficit habitacional da região, não puderam ser segmentados para além da RMF, mas mesmo assim seguem válidos e necessários para dar um panorama geral da situação habitacional na região.

A arquiteta e professora Maria Inês Sugai (2015), aponta duas particularidades da disposição físico-territorial da ACF. A primeira é que a capital, que se configura como o núcleo urbano central, sofreu um processo de transbordamento da sua área urbana nas últimas décadas, absorvendo os núcleos urbanos vizinhos; têm sua quase totalidade territorial na Ilha de Santa Catarina. A segunda é o fato de São José ser o único município que “possui limites político-administrativos terrestres com a Capital”, e o único município que possui limites com os outros dois municípios da ACF, ou seja, São José é a “antessala” de acesso à Ilha” a partir do transporte rodoviário (p. 49).

Desde a década de 1950, com a ocupação das áreas periféricas do continente a partir e com a efetivação da conurbação na década de 1960 – muito por conta da BR-101 – a ACF passa a ser articulada, resguardando questões específicas de cada município, em torno de um mesmo projeto de suas classes dominantes. A burguesia criou e mantém um projeto, de “cidade turística e de qualidade de vida” para a cidade de Florianópolis e seu entorno (CANELLA, 2015; SUGAI, 2009), a partir do qual conseguem esconder e maquiar a pobreza e os problemas urbanos costumeiros em outras capitais do país.

Esse projeto condicionou, e condiciona a cidade, a se desenvolver a partir de um crescimento acelerado da construção civil, e do capital imobiliário (CANELLA, 2015), criando enclaves de alto luxo e buscando expulsar a população espoliada, e de maioria negra, do centro da cidade, onde a renda da terra passa a ser maior. Esse processo gera imensas contradições na cidade. Se por um lado as classes dominantes querem valorizar suas terras, por outro, dependem da mão de obra dos trabalhadores que ali viviam, e que expulsos e morando mais distante do trabalho, trariam custos maiores para seus empregadores.

O resultado direto desse processo foi a ocupação dos morros e áreas de expansão nos municípios vizinhos. O saldo deste processo para a classe trabalhadora é o aumento da superexploração e da espoliação urbana, de maneira geral, a região repete o que ocorre em outras partes do país. Impedida de acessar o mercado imobiliário formal, a classe trabalhadora autoconstrói seus espaços no tempo livre e com recursos próprios.

Já o município de São José, assim como os outros municípios da ACF “cresceram lentamente e sem vínculos entre si”, e eram, sobretudo, municípios “com características marcadamente rurais, [que] forneciam, desde o século XIX, produtos primários demandados pelo núcleo urbano da Capital.” (SUGAI, 2015, p. 53). No século XX, a cidade ocupava uma posição proeminente em termos logísticos, servia de entreposto para os produtos que entravam e saíam da capital via navegação. Com tudo, a partir da construção da ponte Hercílio Luz em 1926, São José não só perde importância, como perde também porções de terra para a capital, fazendo o município estagnar até a metade do século. A

cidade volta a se desenvolver com o desenvolvimento do setor turístico e do aumento da infraestrutura na região, e de estruturas da administração pública, novamente retomando seu posto de localização privilegiada de acesso à Capital.

4. DESENVOLVIMENTO

A dissertação foi estruturada em três capítulos. Início o trabalho descrevendo os procedimentos metodológicos que eram as entrevistas e a etnografia, passando por seus roteiros e questões materiais de realização da pesquisa – que se deu após as duas doses de vacina contra a Covid-19, mas que foi realizada, de certa forma, no período pandêmico. O mesmo capítulo também versa sobre o aporte teórico, precedente, mas também necessário para a realização das pontes entre a questão na escala local, da Contestado, com a escala mais geral, de Santa Catarina e também do desenvolvimento urbano do Brasil. Uso a Teoria Marxista da Dependência, principalmente seus conceitos de superexploração da força de trabalho e espoliação urbana para entender melhor como o desenvolvimento do capitalismo condiciona a classe trabalhadora a partir para estratégias de ocupação via autoconstrução, e desta, como se organiza coletivamente e construiu a Ocupação Urbana, que se difere de outros assentamentos informais e loteamentos espontâneos.

O segundo capítulo faz uma revisão bibliográfica sobre os dados da falta de moradia focada na região destaque da pesquisa a Área Conurbada de Florianópolis (ACF), dando destaque aos chamados espaços de pobreza (Canella), que na pesquisa são tratados enquanto espaços ativamente empobrecidos, a partir das dinâmicas de circulação e concentração de capital. Partindo da dimensão quantitativa, e com todas as limitações em termos de (falta de) dados, a partir de pesquisas que se baseavam em dados das próprias prefeituras, chega-se a uma quantidade de 15.774 edificações em assentamentos informais e áreas precárias (COMUNITÁREAS, xx), levemente maior que o número de Aglomerados Subnormais do IBGE, que para a Área específica era de 14.821 domicílios em 44 áreas (IBGE, 2020). Ao mesmo tempo, os dados do Déficit Habitacional variavam de fonte para fonte, sendo de 150.793 domicílios para todo o Estado de Santa Catarina e 31.914 para a Região Metropolitana de Florianópolis (que é mais ampla que a ACF), ou até mesmo de cerca de 203.724 para famílias até cinco salários mínimos em todo o Estado segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social³, e de 261.656 domicílios segundo a ABRAINC (2019).

Neste mesmo capítulo, realizo também um debate sobre a metodologia e o caráter ideológico do Déficit Habitacional, a luz da ideia de Escassez de Moradia de Friedrich Engels (2010, 2015), que foi aprofundada em outro trabalho (oculto). A partir da leitura dos cadernos, principalmente da Fundação João Pinheiro (FJP, 2018), entendemos que o Déficit é um indicador que serviria ao mercado, e à construção civil, mesmo que também avalie as flutuações na aparência de um problema estrutural. E de certa forma os relatórios são conscientes disso, tanto que eventualmente revelam que o número de imóveis vazios é semelhante, ou até maior do que o número de moradias em Déficit.

³ A fonte é a reportagem disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/deficit-habitacional-supera-200-mil-moradias-em-santa-catarina>>. A informação de que se tratam de famílias de até 5 s.m. foi me repassada por e-mail pela própria secretaria.

Portanto, a questão habitacional passa a ser entendida na pesquisa como uma questão de exclusão habitacional, ou até mesmo da negação do direito à moradia digna para a classe trabalhadora. Além disso, considerando a escassez de moradia, compreendemos também que aspectos que saem das quatro paredes de uma casa são relacionados à questão habitacional. A localização aparece como um fator chave em diversas pesquisas na ACF (SOUZA; SUGAI, 2018; SUGAI, 2015), por exemplo. Isso nos leva a entender que o problema habitacional é bem mais amplo do que apenas construir mais casas.

Partindo dessa ideia, o terceiro capítulo se debruça sobre as formas históricas que foram utilizadas para a classe trabalhadora tentar resolver suas necessidades habitacionais, focando especialmente em uma historicização da luta por moradia em nosso país, passando pelas particularidades dos movimentos de luta por moradia em Santa Catarina. Compreendia-se que a luta por moradia, de forma assumida e política, iniciava-se no Estado no ano de 1984, através da “Carta dos Sofredores da Rua”, e de uma Ocupação como forma de protesto na frente do Palácio do Governador (ABREU, 2019), e de forma mais concreta, com as Ocupações Nova Esperança e Novo Horizonte, que ocorreram no ano de 1990, na região do Monte Cristo, área continental da capital, Florianópolis (CANELLA, 2015; PERES, 1994). A dissertação em questão mostrou um momento anterior à esse histórico, através do movimento de mutuários da COHAB, que fazia um enfrentamento ao governo biônico de Esperidião Amin⁴. A denúncia era feita pelo Jornal Lutas da Maioria, financiada pelo Senador Jailson Barreto, derrotado por Amin no pleito de 1982.

O capítulo ainda contextualiza a luta por moradia contemporânea na região. A partir da participação do autor em redes de ocupações e movimentos sociais, chegou-se a um esboço de um mapeamento, contendo 12 experiências de Ocupações Urbanas Organizadas na Região Metropolitana de Florianópolis.

⁴ Na época filiado ao PDS, que apoiava o regime militar, e atualmente ao PP.

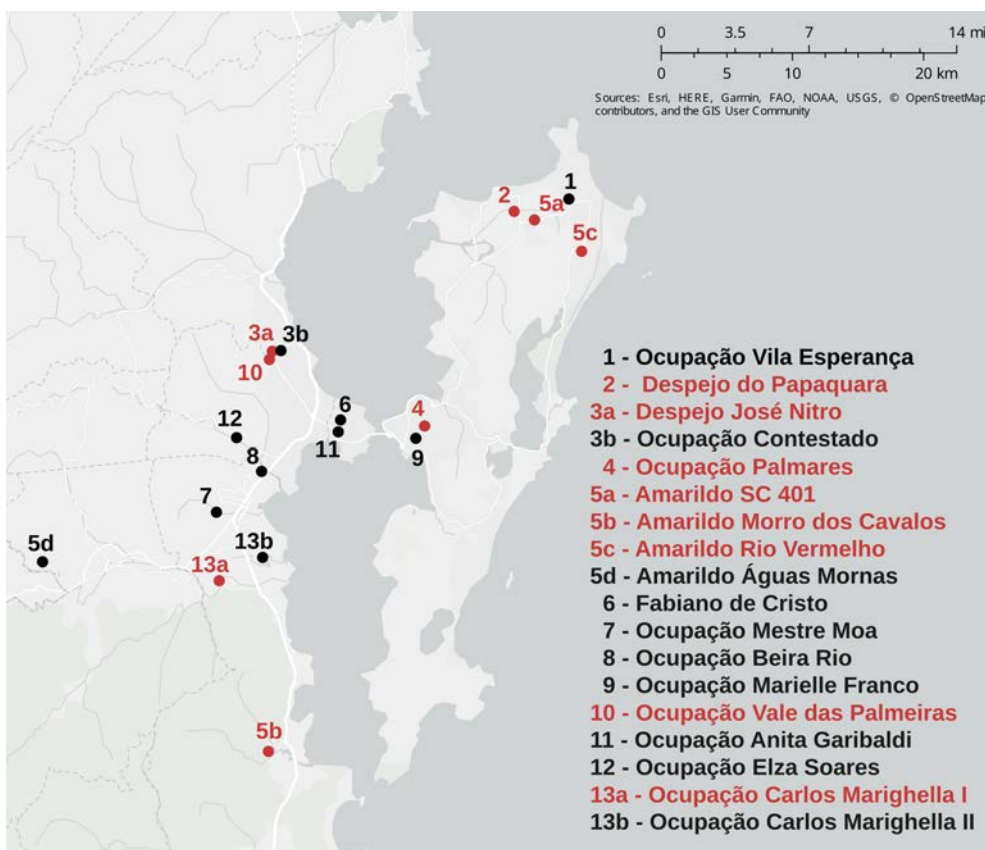


Figura 2. Mapa das localizações aproximadas das Ocupações Urbanas Organizadas. Fonte: Elaboração própria do autor.

O mapa apresentado acima foi atualizado para a publicação atual. daquelas 12 experiências localizadas até o momento presente, mais uma Ocupação Urbana surgiu, tendo sido despejada e sido reconstituída em outro local, e uma foi despejada sem se rearticular. Acima, apresentamos de maneira figurada a localização aproximada das Ocupações, e no trabalho completo tecemos comentários, esboçamos o histórico e apresentamos dados socioeconômicos de cada uma das comunidades citadas. Cabe mencionar que os dados para a descrição das Ocupações foram coletados de diferentes fontes e campo, e não representam a fonte mais atualizada sobre a região, pois muitas das Ocupações tiveram um aumento significativo de moradores durante a pandemia, algumas se conurbaram com comunidades ao redor, e outras também se organizaram mais, ou menos, neste se tornando mais difícil de adquirir informações precisas sobre sua situação. Outro comentário pertinente, é que o mapeamento apresenta apenas as comunidades que já fizeram parte de organizações e/ou rede de luta por moradia, ou seja, só capta uma parcela pequena dos espaços informais, que são as comunidades que acessam espaços de ativismo e militância, e não pode servir para uma avaliação dos espaços empobrecidos, ou de assentamentos precários de maneira geral.

4.1. DA OCUPAÇÃO AO SUJEITO OCUPANTE: EM CAMPO

Após todo o percurso relatado até aqui, ainda no terceiro capítulo a dissertação também aprofunda sobre a Ocupação que inicialmente era objeto do trabalho, a Ocupação Contestado, e também versa sobre a Ocupação Vale das Palmeiras, que foi incluída no decorrer da pesquisa. O trabalho de campo passa a ser construído com mais folêgo a partir das entrevistas, escritas etnográficas e outros dados coletados pelo autor. Na intenção de reproduzir aqui meu percurso de campo, tentarei não repetir informações que podem ser facilmente acessadas em outros trabalhos, como a história completa da Ocupação Contestado, de seu início e ocupação do atual terreno, que é descrita em diversos artigos (MAGALHÃES, TONIN, 2015) e também em documentários referenciados, e também é aprofundada na própria dissertação.

Antes mesmo de iniciar as entrevistas formais, o trabalho já havia começado. Nos meus cadernos de campo, fui anotando algumas situações que eram destaques pela forma como outras pessoas, de fora da Contestado, se referiam à Ocupação como um espaço singular na cidade. Essa sensação de *diferença* se deve em grande parte pelo fato da ocupação ser a primeira experiência de organização e participação popular da maioria de seus moradores, e que mesmo para aqueles que não, a organização popular na ocupação tinha diferenças comparados ao que vivenciaram em outros espaços (como sindicatos e conselhos de políticas públicas) e também assentamentos informais onde já moraram. Esse *contraste* produzido era sentido e vivido pelos próprios moradores, e percebido pelas pessoas do entorno, seus conhecidos, vizinhos, ex-moradores, empregadores, entre outros. Ao mesmo tempo, possuía semelhanças, principalmente com outras ocupações – organizadas ou em organização.

A facilidade de visualização deste *contraste* pode indicar que, no caso da Contestado, os meios de organização formais e as atividades organizativas substituíram os antigos acordos tácitos no território (ver trabalho oculto), que podem ser verificados a partir de conversas e convivência com os moradores.

Explicar as diferenças entre uma ocupação para o resto da cidade implica também explicar a diferença que a ida para esse território teve na vida dos ocupantes. São frequentes as descrições dos movimentos de luta por moradia e organizações, e aqui também, de como a Ocupação Urbana é um instrumento de luta e pressão. Seu caráter mais imediato não é negado: a necessidade de fornecer habitações e garantir direito o direito à moradia para quem está na luta. Não se nega também as dificuldades de oferecer a dignidade em conjunto da ocupação, por uma série de limitações e desafios que escapam as capacidades dos movimentos sociais.

Quando caracterizamos a Ocupação Contestado a partir das pesquisas anteriores, mostramos que a imensa maioria dos moradores veio do aluguel (76,6%) para a ocupação, ou da moradia de favor (21,3%) – geralmente com parentes (MAGALHÃES, TONIN, 2015). Já no meu campo, entre os valores citados nas entrevistas, as cifras citadas para a época do começo da Ocupação, ou seja, no momento em que entraram na Contestado, eram acima dos R\$ 400,00 para as informantes que se recordaram. Considerando os anos entre 2012-2014, quando o salário-mínimo⁵ ficava entre R\$ 622,00 e R\$ 724,00, respectivamente, o peso do aluguel mensal era cerca de três quartos dele, enquanto o rendimento médio dos moradores, já no terreno da ocupação se

⁵ Fonte DIEESE, disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em fevereiro de 2022.

situava entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00 por pessoa. Outro aspecto que surgiu nas entrevistas era o fato de que as casas anteriores eram melhores, em termos construtivos, ou porque eram maiores, ou feitas de material.

De certa forma a mesma história se repete, mas sem dados sistematizados, em relatos dos moradores do Vale das Palmeiras no ano de 2021. Quando a prefeitura oferecia um aluguel social de R\$ 770,00 em parcela única para que as famílias deixassem o terreno ocupa, os moradores rebatiam que não seria possível pagar o aluguel de forma completa com aquele valor, pois uma quitinete na região poderia custar cerca de R\$ 500,00, e uma casa “completa” seria mais cara, sem adicionar as contas mensais, como água, luz e gás⁶.

Ainda durante as entrevistas, quando eu questionava se ir para Ocupação trouxe alguma melhoria para as informantes, todas eram enfáticas ao dizer que sim; associavam essa ida a um aumento na qualidade de vida, principalmente no que se relaciona com a capacidade de compra de alimentos, cuidados com os filhos, e na compra de medicamentos e tratamentos de saúde. Sobretudo no depoimento de Galega que sistematizou melhor todos os elementos colocados acima:

Ai meu Deus, foi um descanso! Foi uma melhoria na minha vida, é um é um dinheiro que a gente pode guardar pra ver futuramente, entendeu? É, é olhar pra frente, olhar o amanhã, entendessem? Sem o aluguel está na tua mesa, entendessem? É dias melhores.

[...]

Foi muito melhor, pra mim, pra minha família foi muito melhor. Oportunidade de dar outras coisas pra eles, entendessem? É assim, até o fato da comida, até o fato de tudo assim, porque se tu está no aluguel tu tens que saber assim, “oh o aluguel tá na mesa”, tendessem? Mas tu tem que te dar conta de luz, água e tu tens que dar conta da comida e tu tens que dar conta do leite pro teu filho pequenininho de um ano, né? Então assim ó, pra mim não teve coisa melhor. (Entrevista formal com Galega).

Com sua entrada na ocupação, ela não precisaria mais dar conta do aluguel, das contas de luz e água e conseguia “olhar para frente”, para “dias melhores”, principalmente para seus filhos (Entrevista formal com Galega).

Apesar da melhoria, construir e viver na ocupação apresentava também pontos negativos. Clarissa comenta que antes da ocupação ela passava o “mês a pão”, ou seja, tinha dificuldades de comprar alimentos, e em virtude disso, ficava doente frequentemente. Mesmo assim ela compreende que a Ocupação não oferece boas condições de infraestrutura por causa do ambiente, tanto pelos espaços reduzidos das casas quanto por conta do problema com os ratos que dizia ter ali (Entrevista formal com Clarissa). Na fala de Débora a ocupação no terreno em que estão seria um “quebra-galho”, para pressionar o poder público e garantir uma “casa digna” de fato, evidenciando um caráter contínuo da luta (Entrevista formal com Débora).

Em outra ocasião, na Ocupação Vale das Palmeiras, durante a assembleia do dia 19 de setembro de 2021, durante atividade formativa, os

⁶ Aqui cabe uma observação pertinente. Após o despejo da Ocupação em dezembro de 2022, o município de São José havia aumentado o Aluguel social para cerca de R\$ 1400,00, que está acima do salário mínimo, e ainda assim, esse valor não tem permitido que as famílias, agora despejadas, encontrem moradias adequadas. Praticamente todas estão atualmente recorrendo ao mercado de alugueis informal, e mesmo assim tendo dificuldades.

militantes das Brigadas Populares foram questionados a respeito de se a organização e alguma ocupação que atua junto dela já havia alcançado alguma vitória. Prontamente fomos interpelados por um morador que estava recentemente terminando de construir sua casa, dizendo que para ele, *sair do aluguel* representava uma *vitória* todos os dias, apesar das questões das dificuldades que morar naquele terreno. Outros moradores assentiram e compartilharam alguns relatos semelhantes, eram enfáticos com relação à vitória que era não precisar pagar aluguel, apresentando também as dificuldades específicas daquela comunidade na questão de construir a própria casa, pela questão da própria geografia do local. (Caderno de campo, 19 de setembro).

A ocupação toma, em um primeiro momento, um sentido prático para os moradores: a possibilidade de saírem do aluguel, e com isso tirar de seus ombros uma parte do peso da *espoliação urbana*, para que suas necessidades básicas de consumo e sobrevivência caibam dentro da renda mensal de suas famílias. A melhoria que a moradia na ocupação traz é dotada, em parte, de um sentido individual. Explico, ela é para quem está na casa, e para sua família. Essa melhoria individual suplanta os pontos negativos, a ponto de eles serem levantados em uma perspectiva que mira o futuro, como sair da Contestado para um conjunto habitacional melhor, ou ao menos serem mais bem atendidos pelo poder público, em infraestrutura, direitos, etc.

Enquanto outra parte das melhorias e benefícios vem da própria convivência e construção ao longo prazo dentro do território, de maneira coletiva. A própria *vitória*, a possibilidade de barrar despejos, fazer as assembleias e as atividades de *luta* funcionar e manter a ocupação existindo, são partes das atividades e necessidades coletivas – sem as quais a ocupação não existiria mais, podendo ou ser derrotada, ou se transformar em outro tipo de espaço não organizado. Passaremos agora a olhar mais atentamente para estas questões e o sentido que elas foram tomando ao longo do tempo para os moradores.

4.2 A ORGANIZAÇÃO, AS ASSEMBLEIAS E O SENTIDO COLETIVO DA LUTA POR MORADIA

Passaremos agora a entender como eram as atividades na Ocupação, que pude registrar em meu caderno. Cabe mencionar aqui que o período pandêmico trouxe inúmeras debilidades para a realização de atividades presenciais, e a Ocupação Contestado passava, de certa forma, por um momento de baixa mobilização – conforme era sentido por mim e relatado nas entrevistas – que se alterou no início de 2022 com a campanha Despejo Zero e outras atividades. Uma das atividades que ainda aconteciam de forma coletiva e que tinham relativa participação dos moradores eram as assembleias gerais.

As assembleias são reuniões convocadas previamente objetivando a presença do máximo número de moradores e apoiadores, na qual todos os participantes têm direito a voz e voto (quando necessário). Nelas as questões trazidas obedecem a uma pauta, organizada e apresentada ao início do encontro, que é aprovada e discutida ponto por ponto. É durante as assembleias que são repassadas as questões jurídicas e políticas da luta; ao longo do tempo (conforme foram substituindo outras reuniões na Contestado), passaram a se debater questões mais pontuais, como o lixo em alguma quadra, a recepção de doações de alguma campanha, a organização de alguma festa ou celebração,

entre outros. As decisões são tomadas após um período de debates, no qual se tenta chegar a um consenso. Na falta deste, a decisão é tomada a partir da votação.

A forma como as Brigadas Populares (e diversos outros movimentos de moradia atuam) são conduzidas giram em torno desse tipo de atividade para mediar as relações e organizar a luta política. Da mesma forma que uma primeira assembleia aconteceu durante o despejo em 2012 no José Nitro, os ocupantes da Contestado que foram chamados para auxiliar a Vale das Palmeiras no processo contra o despejo. Ainda em 2020, realizaram uma assembleia para reunir apoiadores, advogados e moradores enquanto a primeira atividade de *luta*.

Já explicamos como o espaço vivido nas ocupações é diferente de outros territórios; as reuniões, assembleias e outras atividades mobilizadas para organizar a comunidade são elementos constitutivos desta *diferença*, como falamos também anteriormente, ao substituir os acordos tácitos por outros – aos quais chamamos de formais. Até aqui parece evidente a importância das assembleias para a organização de Ocupações Urbanas, o próximo passo em campo consistiu em expor as diferentes interpretações dos entrevistados sobre essa atividade, ponderadas com minhas observações.

Dentre as pessoas entrevistadas na Ocupação Contestado, todas haviam participado das atividades da ocupação pelo menos uma vez, muitas participaram de várias assembleias, reuniões de quadra, de núcleo e de demais atividades da Ocupação. Paulo e Débora, são para quem observa a Ocupação, o casal mais atuante e participante das atividades (pela própria posição de lideranças). São eles que geralmente dão a palavra inicial, ou que frequentemente cuidam do caderno de atas – que é um caderno escolar, no qual algum outro morador registra os acontecimentos da assembleia, e depois uma das duas lideranças passa adiante para que todos assinem. Para eles, não apenas a assembleia, mas as atividades nas quais a ocupação participa possuem significados diferentes, principalmente com relação ao seu *sentido político*.

Débora entende a assembleia como um espaço político, por estar se colocando neste local:

Não sei, é o que eu penso, eu acho que... É, eu fazer uma assembleia eu vou definir... Eu acho que eu estou alimentando alguma coisa, eu tô fazendo política, eu tô nos espaços, eu acho que a vida é isso. (Entrevista formal com Débora).

Paulo, apesar de compartilhar (em parte) dessa visão de que a vida é uma política, não entende as assembleias no Contestado dessa forma. Compreende-as como um espaço democrático, uma atividade comunitária, enquanto a política seria para fora, feita pelas Brigadas Populares, nos atos, e nas outras programações relacionadas à luta por moradia. Sobre as atividades internas ele comenta:

As assembleias eu não entendo como atividade a política. Não as assembleia do Contestado... Por mais que a gente “ó tem que ser assim oi, oi” sabe? Mas eu, no meu, no meu ver, a gente não tá fazendo “a política” em si, sabe? Porque a gente dá liberdade pro povo, se nossa assembleia tiver um Bolsonaro e ele levantar a mão, eu vou deixar ele falar.

[...]

É democrático! Então ali o seguinte, sabe? É um caso assim: nós estamos tentando resolver o problema da água mas vai levantar alguém a mão “mas aquela pipa que ficou no meu fio?” Então eu não entendo esses espaços políticos, é espaço democrático ali. Não político, da militância nossa... (Entrevista formal com Paulo).

As duas opiniões convergem em alguns pontos, mas divergem em outros, ambas resumem (em parte) os dois “polos” sobre como as outras entrevistadas se relacionam com as atividades políticas e assembleias. Entre os consensos, está o fato que as assembleias cumprem uma função organizativa-comunitária e pedagógica, ou seja, todos entendem sua importância para ordenar a ocupação, e não deixar com que ela vire “terra de ninguém”, como colocou Débora.

Suzana, filha do casal, diz que a assembleia, têm um caráter formativo, na qual ela se informa e aprende a ter um “olhar diferenciado” sobre as coisas – corroborando a observação da mãe – e estende sua percepção para as atividades fora da Ocupação, as quais não separa tanto da programação dentro da Contestado. As atividades fora seriam os atos, protestos, marchas e atividades em ambientes distintos, para ela, as programações seriam todas ligadas (Entrevista formal com Suzana).

Essa unidade, ou melhor, continuidade que existia entre as assembleias e as atividades de fora, ou o contrário, sua falta de ligação, me levaram a querer entender melhor o sentido que a *luta por moradia* e a *política* tinham para as informantes. Foi ao conversar com Clarissa e Gustavo que entendi o lugar do que seria a *política* para os moradores de maneira abstrata, e porque, então, a *luta por moradia* ocupava um lugar diferente. Clarissa – para quem as atividades internas eram políticas, no sentido em que politizavam os moradores e lhes abriam os olhos – comentou que para os moradores da ocupação, política era quando algum candidato passava na televisão pedindo votos, o que para ela seria a antipolítica (Entrevista formal com Clarissa).

Gustava, que confia muito no professor Lino Peres (PT), diz que “a gente não fala em político nenhum”, mas que falamos por nós, os que precisam de uma moradia digna, e que se dependesse dos apoiadores e moradores, a situação era outra, já teriam saído do terreno onde estão. Para ela, o problema não era em si a questão política eleitoral, mas a forma como essa disputa é feita dentro da Contestado e outras comunidades pelos atuais políticos, que é diferente do trabalho realizado pelas Brigadas e pelas assembleias na ocupação (Entrevista formal com Gustavo).

Essa questão da diferenciação entre a *luta por moradia*, e a *política* apareceu também em uma formação sobre o que eram as Brigadas e a Organização Militante, realizada no dia 19 de setembro de 2021 na Vale das Palmeiras. Durante o debate, um morador comenta que, mesmo com o Partido dos Trabalhadores no poder por vários anos, eles ainda não tinham casas, e mesmo entendendo que Bolsonaro era ainda pior para as ocupações e movimentos sociais, ele não entendia porque confiar na política. Tal fala evidenciou que, para alguns, esse termo carrega muito do que é apenas o cenário político-institucional.

Entre os moradores que falaram naquela atividade, eles entendiam que a luta tinha um caráter geral, mas que era diferente da política tradicional, por isso a palavra *política* apareceu descolada da palavra *luta*, era a *luta por moradia*, e a *política*, e não a luta política que é a luta por moradia, ou a organização política

que é as Brigadas. Afinal, como seríamos políticos se nos diferenciamos daqueles que vem ali pedir voto? E fazer a “politicagem” (*sic*).

As assembleias então, apesar de serem introduzidas pelas Brigadas nos dois territórios, tomaram sentido próprio para os moradores, sendo também a atividade mais importante para o funcionamento da comunidade enquanto ocupação organizada. Ela é a expressão maior das atividades de *luta* internas, o meio pelo qual uma ocupação se organiza e decide que vai *lutar*. Portanto, ela é como os próprios moradores entendem que as comunidades têm de se organizar para resolução de conflitos e conquistar melhorias, e alcançar seus objetivos.

Nas minhas entrevistas certamente seria impossível ouvir de algum dos entrevistados que a assembleia é ruim, péssima, ou de maneira mais contundente que ela nunca serviu para nada. Porém, críticas foram feitas, não sobre a condução ou a falta delas, mas sobre a participação e implicação dos próprios moradores nas assembleias e, conseqüentemente, sobre a dificuldade em realizar as decisões tomadas. Para aprofundar sobre isso, discorrerei sobre outro termo muito falado durante as entrevistas e anotado nos diários, a questão da *união na luta por moradia*.

Ao passo em que as atividades na Vale das Palmeiras estavam acontecendo sempre com muitas pessoas participando, na Contestado, que estava sem programações relacionadas às questões do terreno ou mesa de negociação, aconteciam assembleias mais vazias do que o comum. Foi a partir das falas dos moradores em assembleias e durante as entrevistas, e da lembrança de outros tempos – de atividades lotadas – que entendi que havia então uma questão com a *união* que não era retórica nem meramente quantitativa, mas que estava relacionada com a própria história da Contestado, e com a lembrança dos momentos de maior coletividade do início da Ocupação. E a *falta de união* não era uma questão exclusiva da Contestado, pois na Vale das Palmeiras, mesmo com atividades internas cheias, a questão aparecia principalmente porque as atividades de mutirão e programações fora da Ocupação tinham pouca adesão.

Então, a *união* é a categoria êmica que se contrapõe aos valores típicos da sociedade urbana capitalista, como o individualismo e a “atomização do mundo”, que atingia seu ápice nas grandes cidades (ENGELS, 2010). É expressa pelos moradores como a forma que encontram para afirmar que algo não está funcionando, principalmente nas assembleias e atividades decorrentes de seus encaminhamentos. A falta da *união* é associada a comportamentos com tendências individualistas.

A *união* se relacionava com a *luta* na medida em que ela surge como uma categoria para expressar uma série de práticas coletivas e socializadas na Ocupação Contestado e na Vale. Não que a união signifique a luta em si, ou que a baixa da união seria o fim dos processos de luta, mas que ela é um componente essencial para avançar na luta, que é compreendida pelos ocupantes, como um processo coletivo. Os moradores entendem também que a responsabilidade pelo andamento, continuidade e avanços do processo de luta depende da força que a coletividade possui, por isso as “cobranças” com o comprometimento e participação, bem como os sentimentos de insegurança e mesmo de perda na qualidade de vida, associadas ao avanço da individualidade dentro do território, mesmo que ocupação tenha sido uma melhoria. Afinal, se havia mais união, haveria mais luta, e vice-versa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um primeiro lugar, cabe mencionar que a hipótese da pesquisa é confirmada parcialmente. O primeiro apontamento (I) fazia referência a Ocupação Contestado viver um momento diferente de seus anos iniciais, o que foi confirmado pelas entrevistas, tanto na questão da união quanto nas questões relacionadas às diferentes funções e reformulações dos instrumentos de organização, como por exemplo a maior importância que a assembleia tomou na organização coletiva. O segundo ponto (II) fazia referência ao aprofundamento da crise do capital, e o terceiro (III), que versava sobre o aprofundamento desta crise, em especial no período de pandemia, são confirmados parcialmente. Eles se confirmam dentro da Contestado, a partir das questões relacionadas à pandemia, principalmente no que diz respeito à renda e poder de compra dos moradores, e ao governo do país de forma geral.

As perguntas de pesquisa, de certo modo, também foram respondidas. As questões “a” e “b” – que tratavam da percepção dos moradores sobre o espaço e da diferença do momento atual para os anteriores – são respondidas a partir das questões da (falta de) *união*, mas também sobre a ideia de uma maior individualidade que é colocada pelos entrevistados.

A ocupação é percebida pelos moradores como um espaço diferente do resto da cidade, no sentido de que a Ocupação gera curiosidade em diferentes sujeitos. e A Contestado acabou se tornando exemplo e referência em termos de organização até mesmo para outras Ocupações da região. Os informantes têm ciência que ela é assim por causa dos métodos e instrumentos de organização do território, ao mesmo tempo em que reconhecem que essa organização já esteve em outro patamar, vindo de forma mais positiva o início da Ocupação que era mais coletiva, na qual havia mais união.

Sobre questão “c”, é importante entender que os instrumentos não foram prontamente descartados, mas substituídos de acordo com as transformações que ocorreram no território. Ganhou maior importância e legitimidade a assembleia, contraditoriamente, ela é tida como esvaziada em diversos momentos. As atividades como reuniões de núcleo foram incorporadas nas quadras, que por sua vez só são chamadas para questões pontuais.

A partir as entrevistas, a assembleia pode ser compreendida, então, como um instrumento que possui uma função tripla: a de organizar o território; a de operacionalizar – no sentido de garantir a realização de tarefas necessárias para a Ocupação ou para a luta por moradia –; e também uma função pedagógica – no sentido de informar, formar e conscientizar os ocupantes em questões distintas, tanto as específicas sobre moradia, como também as mais amplas.

As perguntas “d” e “e” são respondidas a partir da compreensão sobre o que a organização política produz na vida dos ocupantes, e como eles se situam em relação a outros sujeitos, como parte de uma totalidade. A organização política produz nos moradores um sentido para a luta, que é construído não só historicamente a partir da posição de classe, mas também a partir das experiências dos sujeitos enquanto ocupantes. Cabe mencionar que, para boa parte das informantes, a luta se distancia da política, na medida em que entendiam a política enquanto atividade institucional.

Entendo então que há na Ocupação Contestado é uma prática cotidiana e uma subjetividade própria, construídas historicamente. Tais características são derivadas das condições de moradia, não só no sentido mais imediato (ter um teto), mas também em vistas a manter a sua casa e conquistar seu direito efetivo, garantir a moradia contra despejos ou conquistar um projeto habitacional, por exemplo – cumprindo também a necessidade prática de aliviar a superexploração e espoliação urbana. Nomeei aqui este sujeito de ocupante. Após a reflexão sobre o trabalho de campo, entendo que o sujeito ocupante é aquele que participa das lutas a partir do seu território, a ocupação, e se mobiliza em prol de alcançar seus objetivos através da luta (que é multifacetada e composta de diferentes eventos em diferentes escalas), não sendo restrita ao local da sua moradia, desde que aconteça em torno deste objetivo. A dimensão conflitual, embora mobilizante no processo de luta, não é a única condição para a mobilização. Entretanto, atesta-se que nos momentos mais “tranquilos” há uma diminuição na participação dos moradores, é aí que falta a união, essencial e entendida como parte e condição para a própria luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAIN, Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias. **Estudo Técnico Dedicado À Atualização Das Necessidades Habitacionais 2004-2030**. Contratante: ABRAIN – Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias. Produto 2: Relatório Final. Novembro, 2020. Disponível em: <https://www.abrainc.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Deficit_Habitacional_-_V-8-dez-2020.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2021.

ABREU, Miriam Santini de. **Espaço e cotidiano no jornalismo**: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

BADIOU, Alain. **A Hipótese Comunista**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente latino-americano**. 4 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 no 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80

BOULOS, Guilherme; KAPP, Silke; CRISTIANE, Charlene; PÉRICLES, Leonardo; GONÇALVES, Isabella. **Se morar é um direito, ocupar é um dever**. In: PISEAGRAMA (Org.). *Urbe Urge*. Belo Horizonte: PISEAGRAMA, 2018.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: **A Miséria do Mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007, p. 693-713.

BPs. **Programa das Brigadas Populares. I Congresso Nacional das Brigadas Populares – 2012/2013**. Disponível em: <<https://brigadaspopulares.org.br/manifesto-das-brigadas-populares/>> Acesso em: janeiro de 2021.

CANELLA, Francisco. **Cidade turística, cidade de migrantes**: movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989-2015). Revista Libertas, Juiz de Fora, v.15, no2, p.209-236, ago/dez. 2015.

CANELLLA, Francisco. **Entre o local e a cidade**: memórias e experiências de duas gerações de moradores da periferia urbana em Florianópolis (1990-2010). 1 ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2019.

CANELLA, Francisco. **Cidade turística, cidade de migrantes**: movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989-2015). Revista Libertas, Juiz de Fora, v.15, n.2, p.215-242, ago./dez, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18457/9646>>. Acesso em: junho de 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 1 ed revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERRO, Sérgio. **O Canteiro e o Desenho**. In: Sérgio Ferro: Arquitetura e trabalho livre. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006a. v. 3000. 456p.

FERRO, Sérgio. **A Casa Popular**. In: Sérgio Ferro: Arquitetura e trabalho livre. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006b. v. 3000. 456p.

FERRO, Sérgio. **Nota sobre "O vício da virtude"**. In Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/mYKBN6wxQcbykwsVhjfNzPh/?lang=pt>> acesso em abril de 2022.

FJP. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte : FJP, 2018.

FJP. **Déficit Habitacional no Brasil – 2016-2019** / Fundação João Pinheiro – Belo Horizonte: FJP, 2021

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IBGE. **Aglomerados Subnormais 2019**: Classificação Preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19. Nota técnica 01/2020, 19 de maio de 2020, Rio de Janeiro, 2020.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018** - Nota Metodológica. 2020b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>>. Acesso em Agosto de 2021.

JAUMONT, Jonathan; VERSIANI, Scott Varella, Renata. **A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades.** Revista Direito e Práxis, vol. 7, núm. 13, 2016

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Itapevi: Nebli, 2016.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana, Florianópolis, 1950-1970.** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Doutor em História. Porto Alegre, 2002.

MAGALHAES, Luís F.; TONIN, Vitor H. **Segregação socioespacial e luta por moradia na Grande Florianópolis: raízes e características da Ocupação Contestado.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 244-255, jul-dez, 2015.

MAGNANI, José Guilherme C. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** Revista Brasileira de Ciências Sociais v.17, N.49, São Paulo, junho 2002.

MAIER, Jefferson Adriano.; RIVAS, Clara; PERIN, Julia. Sobre o Amanhã: ou como a cidade de São José resolve a questão da moradia. **Brigadas Populares (Youtube).** 6m40s. 14 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qm_N9Uuw4Bk>. Acesso em: abril de 2022.

MARINI, Rui Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução / Rui Mauro Marini.** 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX Karl. **Prefácio.** In: Contribuição para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Mandacaru, 1989, p. 27-33.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo., 2007. 616p.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista; Teses de Abril.** 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

MAYER, Joviano. G. M.; ASSIS, Mariana. P. F. **Por uma teoria e uma prática radical de reforma urbana.** In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 21a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

OSORIO, Jaime. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **América Latina na Encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes.** 1 ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 420 p.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Dinâmica sócio-espacial da micro-região de Florianópolis após a Segunda Guerra Mundial.** Relatório de Pesquisa, CNPq, 2012.

POZZO, Renata Rogowski, et al. **Considerações sobre o processo de metropolização de Florianópolis**: estudo comparativo da REGIC-IBGE 2007 e 2018. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2021. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/21199/0>>

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro**: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**: Ensaio. 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTANA SANTOS, Roberto. Brasil: O fim da Nova República – Quebra do arranjo político, crise de representatividade e golpes de Estado no ocaso da república liberal brasileira. In: **América Latina na Encruzilhada**: lawfare, golpes e luta de classes. 1 ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 420 p.

SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês. Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis. **Cad. Metrop.** [online]. 2018, vol.20, n.41, pp.75-98. ISSN 2236-9996. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4104>.

SUGAI, Maria Inês. **Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”?**. In: Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras, Org. Pedro Abramo. Porto Alegre: ANTAC, 2009. Coleção Habitare, v. 10. 336 p.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa**: Investimentos Públicos e Dinâmica Socioespacial na Área Conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis: Editora UFSC, 2015. 255p.

TONIN, Victor Hugo. **Muita Gente Sem Casa, Muita Casa Gente. Entre Superlucros E Superexploração**: A Dialética Da Habitação Em Países Dependente. Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, 2015a.

TONIN, Victor Hugo. **O déficit habitacional nos países dependentes**: análise a partir da categoria de superexploração da força de trabalho. in Anais XVI ENANPUR, v. 16 n. 1, 2015b. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2206>> Acesso em: 23/01/2020.

TORNQUIST, Carmen Susana. **Parto e Poder**: O movimento pela humanização do parto no Brasil. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Antropologia. Florianópolis, 2004.

TORNQUIST, Carmen Susana. **Jardim Zanelatto, Vida no ginásio**. Divulgado por Marcio Papa (Youtube). 19m23s. 4 de março de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=evxagLTeG7Q>>. Acesso em fevereiro de 2021.

URIARTE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. Revista Ponto Urbe, n. 11. São Paulo, 2012.

Bibliografias adicionais:

BRASIL, 2021. ADPF, nº ADPF 0052042-05.2021.1.00.0000 DF 0052042-05.2021.1.00.0000 de 03 de junho de 2021. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1227496037/medida-cautelar-na-arguicao-de-descumprimento-de-preceito-fundamental-adpf-828-df-0052042-0520211000000/inteiro-teor-1227496052>>

LUTAS DA MAIORIA, N. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/LUTAS%20DA%20MAIORIA/LDM1983001.pdf>
